

## Reunião de Conselho Geral

### Ata n.º 23

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, pelas dezanove horas e trinta minutos, na sala B-dois, reuniu o Conselho Geral da Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra, sob a presidência da professora Catarina Peixinho, com a seguinte ordem do dia: -----

- Ponto um: Informações; -----
- Ponto dois: Aprovação do mapa de férias da Diretora; -----
- Ponto três: Leitura de uma missiva enviada por um membro docente desta comunidade educativa ao Conselho Geral; -----

Dando início à ordem do dia, a Presidente referiu que as informações que tencionava transmitir ao Conselho eram três: a da homologação tácita, pela DGAE, da eleição do Diretor da EACMC, ocorrida no passado dia vinte e quatro, a da marcação da tomada de posse do novo Diretor para o próximo dia seis de julho e a da abertura do processo eleitoral do novo Conselho Geral em setembro. No entanto, um correio eletrónico que recebera da DGAE durante a tarde de hoje tinha vindo alterar as informações a transmitir aos conselheiros. Nesse *email*, a DGAE informou a Presidente da existência de duas queixas, dos [REDACTED], bem como da decisão dessa Direção-Geral de reapreciar a homologação da eleição do Diretor; no mesmo correio eletrónico a Presidente era ainda aconselhada pela DGAE a suspender a tomada de posse do novo Diretor. No seguimento desta informação, o Conselho Geral deliberou seguir o conselho da DGAE, suspendendo a referida tomada de posse. -----

Passando ao segundo ponto da ordem do dia, a Presidente informou que o mapa de férias com os vinte e cinco dias úteis a que a Diretora tem direito no presente ano civil aponta para o período compreendido entre vinte e oito de julho e dois de setembro; a Diretora junta ainda um pedido de acumulação de férias, de metade dos quinze dias não gozados no ano civil anterior, por motivos de trabalho, perfazendo um total de oito dias, para o período compreendido entre doze e vinte e um de julho. O referido pedido de acumulação de férias fica anexado a esta ata. O mapa apresentado pela Diretora, bem como o pedido de acumulação de férias, foram aprovados por unanimidade dos conselheiros presentes. -----

Passando ao terceiro ponto da ordem do dia, a Presidente referiu que, de acordo com aquela que é a competência do Conselho Geral de promoção do relacionamento com a comunidade educativa e tendo em conta o que ficou decidido em reunião anterior deste órgão, trouxe então, para leitura, a missiva que um colega, o professor [REDACTED] dirigiu a este Conselho. Apesar de este órgão já se ter pronunciado em reunião anterior, por unanimidade, favorável à leitura da carta, a Presidente instou novamente os conselheiros que porventura se opusessem a que a carta fosse lida a pronunciarem-se. A Diretora pediu a palavra para declarar que é a segunda vez que uma carta do professor Manuel Vaz Rocha é lida sem ter conhecimento prévio do seu conteúdo; a primeira

aconteceu numa reunião em abril de dois mil e dezanove e abordava assuntos que não eram do conhecimento do Conselho Geral. Desconhecendo o conteúdo da presente missiva, lamenta que estas cartas sejam lidas sem que tenha conhecimento prévio do conteúdo das mesmas. Informou ainda que, caso a carta refira o seu nome ou o nome dos elementos da sua Direção, quer que a ata seja aprovada ainda hoje ou o mais rapidamente possível e que lhe seja facultada uma cópia da ata com a missiva em anexo. Na sua opinião, a alínea da competência do Conselho Geral referida, de promoção do relacionamento com a comunidade educativa, não justifica a leitura de cartas desta natureza nas reuniões. Acrescentou ainda que já pertenceu a anteriores Conselhos Gerais da EACMC e pertence atualmente ao da EBSQF e em nenhuma reunião que presenciou destes órgãos alguma vez foram lidas cartas. Considera que o intuito das cartas deste professor é o de alegadamente manipular a opinião das pessoas presentes. O conselheiro Paulo Oliveira tomou da palavra para se manifestar contra a leitura da carta, questionando o seu conteúdo. Considerou que muitas situações se passam na Escola e que outras pessoas também poderão querer enviar cartas ao Conselho Geral. Na sua opinião, já a carta anterior do mesmo professor não deveria ter sido lida, por considerar ter sido ofensiva para com a senhora Diretora. Considera que ler cartas não faz parte das competências do Conselho Geral e afirmou que se a carta fosse lida, abandonaria a reunião. A propósito do conteúdo da carta, a Presidente referiu que informou a Diretora, aquando da receção da mesma, sobre o seu tema central, tal como o fez em reunião anterior deste Conselho, quando questionada pelo conselheiro Filipe Rosa. O conselheiro Júlio Dias afirmou que, na carta lida anteriormente, o Conselho Geral teve conhecimento de acusações demasiado graves feitas ao professor Manuel Rocha, considerando por isso que se deve ler a presente missiva. Acrescentou ainda que, tendo o referido professor sido Diretor do Conservatório durante tanto tempo, se justifica a leitura de uma carta de sua autoria. A propósito desta intervenção, a Diretora afirmou que não se opõe a que a carta seja lida, atendendo a que nada teme do que possa estar no seu conteúdo. No entanto, a sua posição é a que já acima referiu, que considera que este tipo de assunto não se enquadra nas competências legais do Conselho Geral e por isso, por princípio, não concorda com a leitura deste tipo de cartas ou missivas neste órgão. A conselheira Sofia Novo considerou redundante estar o Conselho Geral a pronunciar-se novamente sobre a leitura da carta em questão, uma vez que já ficara decidido e em ata de reunião anterior que a missiva seria lida. A Presidente justificou que, por ser este um órgão de gestão democrática, punha novamente a questão à consideração dos conselheiros, dando a possibilidade a todos de se pronunciarem sobre se se opõem ou não à leitura da carta. O conselheiro Filipe Rosa considerou que, sendo o objetivo apenas o de ter conhecimento do teor da carta, não vê qualquer razão para que a mesma não seja lida. A conselheira Marta Rovira foi de opinião que, tendo este órgão já decidido pela leitura, apenas não o tendo feito ainda por falta de tempo e de oportunidade nas reuniões anteriores, deve agora ouvir a carta. A conselheira Ana Cristina Pereira concordou, reforçando que devemos ser coerentes com o que já decidimos e levar a cabo o procedimento. A conselheira Rosa Cruz confirmou que, apesar de ter tomado posse neste Conselho há relativamente pouco tempo, se apercebeu que este assunto já vinha adiado de reuniões anteriores e que no momento presente a Presidente deveria dar seguimento à ordem do dia da reunião e ler a carta. O conselheiro Lúcio Pratas afirmou ser, por norma, contra a leitura de cartas, por poder vir a tornar-se um hábito, mas tendo em conta que esta é redigida pelo professor [REDACTED], que foi Diretor da EACMC durante tantos anos e

numa altura difícil, considerou que deve ser lida. O conselheiro Júlio Dias afirmou não entender que se ponha sequer em causa a leitura de uma carta num órgão como o Conselho Geral. O conselheiro Álvaro Pinto afirmou não ter nada a obstar. O conselheiro Flávio Pinho mostrou receio de se vir a criar um precedente, embora não se tenha oposto à leitura. O conselheiro Nuno Costa considerou que, independentemente de se criar ou não um precedente, a carta deveria ser lida. A conselheira Joaquina Ly afirmou não concordar com o procedimento, mas que, por coerência com o que já havia sido decidido em reunião anterior, se deveria ler a carta. Os conselheiros Daniel Tapadinhas, Leonor Lopes e Sofia Novo consideraram que a carta deveria ser lida. A Presidente reafirmou que sendo este um órgão de gestão democrática, se deve promover o contacto com a comunidade educativa e reiterou que o conteúdo da carta é da inteira responsabilidade da pessoa que a redigiu. Neste momento o conselheiro Paulo Oliveira comunicou que iria então abandonar a reunião, por considerar que a leitura de uma carta não era uma competência do Conselho Geral e que se iria abrir um precedente, tendo-se de seguida levantado e saído da sala. Dando cumprimento ao terceiro ponto da ordem do dia, a Presidente leu a missiva enviada pelo docente desta comunidade educativa, [REDACTED], ao Conselho Geral, que fica anexada a esta ata. No final da leitura, o conselheiro Júlio Dias tomou da palavra para afirmar que o ano letivo foi muito longo e todos estão de momento muito cansados, mas que gostaria de esclarecer as pessoas aqui presentes, e que são de fora da Escola, que o Conservatório de Música de Coimbra não é isto, que é muito mais do que isto. Prosseguiu afirmando que, infelizmente, nos últimos anos tudo isto aconteceu: queixas anónimas, processos disciplinares a professores, processos disciplinares a pessoal da secretaria, que tiveram como única consequência degradar o ambiente da Escola, uma vez que todos esses processos foram arquivados. Em sua opinião, o Conservatório vai sobreviver a tudo isto, mas as feridas vão ficar. O conselheiro considerou que não havia necessidade de nada disto; o ambiente desta Escola era excelente e confessou não entender porque tudo isto aconteceu. A Diretora disse ainda que, estranhamente desde julho de dois mil e vinte, há um ano, não se publicam as atas do Conselho Geral (a última que foi publicada é a número quinze, de julho de dois mil e vinte). Na reunião de dia dezanove de fevereiro de dois mil e vinte, houve uma discussão muito assertiva em relação à necessidade de publicação das atas do Conselho Geral nos placares e na página eletrónica da Escola, para bem da transparência e clarificação de todos os assuntos tratados neste órgão. Deste modo, foram prontamente publicadas as atas números onze, doze, treze e, mais tarde, as números catorze e quinze. Devido a uma frase escrita na ata número doze (que foi lida e aprovada na plataforma Zoom, com bastantes falhas, aquando da reunião número treze), que não tinha sido dita exatamente como foi redigida, [REDACTED]. Estranha-se que, a necessidade imperiosa de transparência defendida na reunião/ata número doze, tenha deixado de ter grande importância atendendo a que, como disse, há um ano que não se tornam públicas as atas deste órgão. No seguimento desta intervenção, a Presidente informou que tinha enviado ao engenheiro informático, no dia anterior, três atas para publicação no site e colocou o lugar de Presidente do Conselho Geral da EACMC à disposição. De imediato, vários conselheiros manifestaram a sua solidariedade para com a Presidente. O conselheiro Filipe Rosa afirmou estarmos, neste momento, todos com bom espírito, que o que está para trás tem de ficar para trás e que devemos seguir em frente com tranquilidade. -----

Não estiveram presentes na reunião os seguintes representantes: dos não docentes, Paula Simões; dos alunos, André Godinho e Miguel Maia; da associação de pais e encarregados de educação, Carlos Figueiredo e Maria João Resende; da comunidade local, Emília Martins. ---  
Encerrada a reunião, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim, Sofia Novo, que a secretariei e pela Presidente do Conselho Geral, Catarina Peixinho. -----



(Catarina Fernandes Peixinho de Cristo)



(Sofia da Rocha Gonçalves Novo)